



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 512/2012

Estabelece a proibição da emissão de boleto de oferta, sem solicitação prévia, para contratação de produtos e serviços.

Art. 1º Fica vedado ao fornecedor emitir, sem solicitação prévia, boleto de oferta para a contratação de produtos ou serviços previstos na Circular nº 3.598, de 6 de junho de 2012, do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Entende-se como boleto de oferta todo instrumento padronizado por meio do qual o fornecedor apresenta uma oferta de produtos ou serviços ao mesmo tempo em que o próprio instrumento representa a forma de pagamento da referida proposta.

Art. 2º A violação às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus art. 57 a 60.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator *Relator ebsan*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

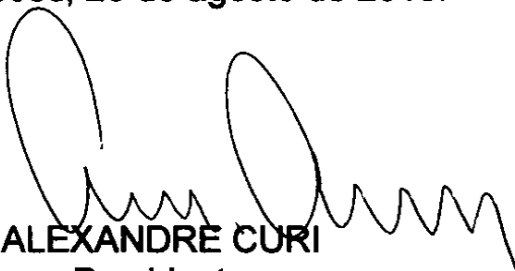
Redação Final ao Projeto Lei nº 225/2013

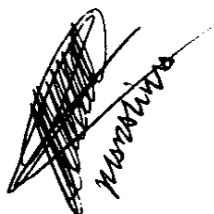
Declara de Utilidade Pública a Associação dos Meliponicultores de Mandirituba - AMAMEL, com sede no Município de Mandirituba e foro no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Meliponicultores de Mandirituba - AMAMEL, com sede no Município de Mandirituba e foro no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

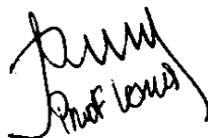
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Marlene


Relator *prof. Carlos*


Prof. Carlos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 304/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati, executada com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado.

Art. 2º A edificação em questão será usada exclusivamente para as atividades do Centro Cultural de Irati.

Art. 3º A Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO se responsabilizará pela conclusão e manutenção da obra da referida edificação.

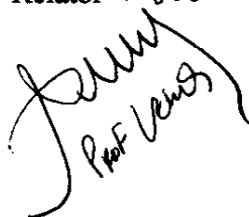
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator Pastor Assis


Maria Lima


Prof. Vitor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

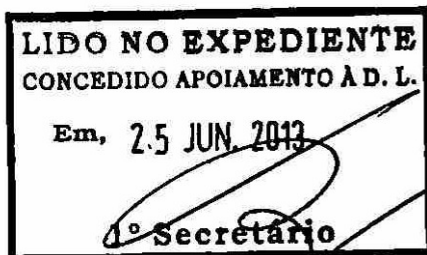
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Projeto de Lei Nº / 2013

264/13



“SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a **Associação dos Agricultores de Guaíaca**, com sede e foro na cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná”.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Agricultores de Guaíaca**, com sede e foro no município de São João do Triunfo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2013.


Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual - PT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



JUSTIFICATIVA:

A **Associação dos Agricultores de Guaiaça**, com sede na cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná, tem como finalidade, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, promover o estímulo ao desenvolvimento progressivo e à defesa das atividades econômicas, sociais, culturais de seus associados, respeitando o meio ambiente e objetivando uma cultura orgânica sustentável.

Sua atuação é ampla, podendo-se destacar o atendimento de seus associados que ocorre no auxílio do último período de preparo do solo até o plantio de diversas culturas, como fumo, milho e feijão.

A Associação, em questão, também administra o microssistema de água tratada para a comunidade e o sistema telefônico comunitário. Efetua compras em comum de insumos no interesse da produção de seus associados, além de efetuar serviços de transporte, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e outros necessários à produção, sempre em prol de sua coletividade.

O desenvolvido de seus trabalhos ocorre nas comunidades de Guaiaça, Guaiaça dos Pretos, Boa Vista, Bolo Grande e Rio dos Patos.

Diante do exposto, reiteramos que o trabalho realizado pela Associação dos Agricultores de Guaiaça tem grande relevância na comunidade, sendo assim, é notória a legalidade de conceder à entidade o título de Utilidade Pública.


Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual - PT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 264/2013

Projeto de Lei nº. 264/2013
Autor: Deputado Péricles de Mello

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação dos Agricultores de Guaíaca**, com sede e foro na Cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Agricultores de Guaíaca**, com sede e foro no Município de São João do Triunfo, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
APROVADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

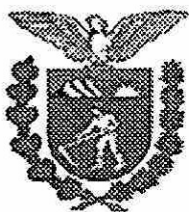
Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social e cultural, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da pesquisa, da cultural, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

02/07/13

Dep. CURY

Dep. Roumion

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, de parte de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 12.326 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, constituído de duas áreas com as seguintes características:

Área 1 - Parte do Lote N1 com área de 10.560,00 m², medindo 88,00 metros de frente para a Rua Paulo Turkiewicz; 88,00 metros de fundos com a Unibrasil; 120,00 metros na lateral direita confrontando com área remanescente do Lote N1 (destinado à construção do IML) e finalizando com 120,00 metros na lateral esquerda confrontando com o Lote N2.

Área 2 - Parte do Lote N2 com área de 8.820,00 m², medindo 88,00 metros de frente para a Rua Paulo Turkiewicz, 120,00 metros confrontando com o Lote N1 pelo lado direito, 59,00 metros de fundos com terreno da Unibrasil e finalizando pela lateral esquerda com a Rua Projetada (Nicolau Lange) em 3 segmentos de 20,00 metros, 85,09 metros e finalmente 20,00 metros.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Todas as providências decorrentes do desmembramento, tais como medições, levantamento topográfico, abertura de novas matrículas, ficarão sob a responsabilidade da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE.

Art. 4º Fica revogada a Lei Estadual nº 15.334, de 20 de dezembro de 2006.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Curitiba, 31 de julho de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 05 AGO. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, de parte de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 12.326 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, constituído de duas áreas com as seguintes características:

Área 1 - Parte do Lote N1 com área de 10.560,00 m², medindo 88,00 metros de frente para a Rua Paulo Turkiewicz; 88,00 metros de fundos com a Unibrasil; 120,00 metros na lateral direita confrontando com área remanescente do Lote N1 (destinado à construção do IML) e finalizando com 120,00 metros na lateral esquerda confrontando com o Lote N2.

Área 2 - Parte do Lote N2 com área de 8.820,00 m², medindo 88,00 metros de frente para a Rua Paulo Turkiewicz, 120,00 metros confrontando com o Lote N1 pelo lado direito, 59,00 metros de fundos com terreno da Unibrasil e finalizando pela lateral esquerda com a Rua Projetada (Nicolau Lange) em 3 segmentos de 20,00 metros, 85,09 metros e finalmente 20,00 metros.

Consta no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que os imóveis ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e que retornarão ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa daquela especificada para a qual foram doados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.863.537-0

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, _____


Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 328/2013

Projeto de Lei nº 328/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 74/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial - AFECE.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL À ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE EDUCAÇÃO AO CIDADÃO ESPECIAL - AFECE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 74/2013, visa efetuar a doação à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, dos imóveis que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

APROVADO

13/08/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 328/2013

Projeto de Lei nº 328/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 074/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 328/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 074/2013**, objetiva efetuar a doação dos imóveis que especifica, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, das áreas citadas no Anteprojeto de Lei, conforme transcrição nº 12.326 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 328/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, com a doação de imóveis destinados exclusivamente às atividades de educação e benefício ao cidadão. As áreas a serem doadas serão utilizadas especificamente para o desenvolvimento de atividades da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, que trabalha diariamente em benefício único e exclusivo da população. O investimento em áreas para essa finalidade, atende diretamente aos interesses de todos os parceiros e mantenedores do trabalho desta Entidade, com ações que fortalecerão de forma direta esse benefício, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade diária já desenvolvida.

Cumprе a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribello; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

DIRETORIA LEGISLATIVA
14
Pag. 1/1

seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 328/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 074/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que estes imóveis poderão retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo para atividades da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: “*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*”. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**):

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 328/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse

[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial e ao mesmo tempo, ao Município de Curitiba, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

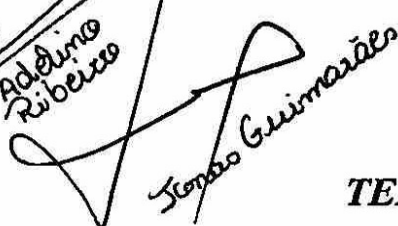
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 328/2013, em sua forma apresentada.


Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 19 de agosto de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

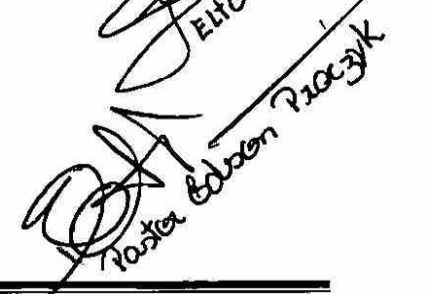

TERCÍLIO TURINI
Relator


Adelino Ribeiro

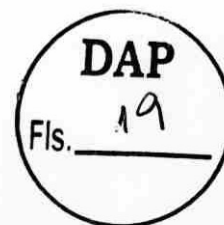

Jonas Guimarães


Teruo Kato


Elton Welter


Pastor Edson Praczyk

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LEI Nº 15.334 20/12/2006

Publicado no Diário Oficial Nº 7373 de 20/12/2006

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, situado nesta Capital, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso de área de 10.560 m², situada à Avenida Konrad Adenauer, Bairro Tarumã, no Município de Curitiba, parte da área maior de 36.000,00 m², caracterizada pelo Lote N1, medindo 88,00m x 120,00m, respeitando a área de 25.440,00 m², utilizada pela Escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, área total integrante do patrimônio do Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 12.326, da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º. A parte do imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será cedida à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial e deverá ser utilizada exclusivamente para a instalação e manutenção da referida Associação, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão a duração de 05 (cinco) anos, prorrogável, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a mesma Associação, responsável pela conservação do bem cedido, como também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo em Curitiba, em 20 de dezembro de 2006.



ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício

MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

..
.